

Domingo, 03 de Maio de 2026

Procuradoria Eleitoral defende que Bolsonaro seja declarado inelegível

AÇÃO NO TSE

Folhapress

A Procuradoria-Geral Eleitoral defendeu em manifestação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que seja declarada a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O despacho da Procuradoria foi entregue à corte eleitoral na noite desta quarta-feira (12), em uma ação iniciada pelo PDT que acusa Bolsonaro de ter praticado abuso de poder durante uma reunião com embaixadores estrangeiros em julho passado, no Palácio da Alvorada.

No episódio, o então presidente apontou dúvidas e difundiu mentiras sobre a segurança das urnas eletrônicas.

Caso seja declarado inelegível pelo TSE, Bolsonaro ficará inabilitado para disputar eleições por oito anos prazo que conta a partir da eleição de 2022.

A ação do PDT a mais avançada entre as que Bolsonaro responde no tribunal eleitoral— foi colocada em sigilo pelo ministro Benedito Gonçalves, relator do caso no TSE.

Na manifestação entregue nesta quarta, a Procuradoria defende que a inelegibilidade não se aplique ao vice de Bolsonaro na campanha de 2022, o ex-ministro Walter Braga Netto (PL).

Como a Folha de S.Paulo mostrou na terça (11), pessoas próximas ao presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, esperam que ele coloque a ação em julgamento até o final deste mês.

A ação movida pelo partido argumenta que Bolsonaro usou a estrutura do Alvorada para atacar a integridade do sistema eleitoral na reunião com embaixadores e o acusa de abuso de poder político e de uso indevido dos meios oficiais de comunicação.

O PDT pediu em janeiro que fosse incluída no processo a minuta golpista encontrada pela Polícia Federal durante busca e apreensão na casa de Anderson Torres, que foi ministro da Justiça de Bolsonaro.

O documento propunha um decreto para instaurar estado de defesa na sede do TSE para rever o resultado do pleito. A minuta deu robustez à ação, avaliam integrantes do tribunal.

Isso significa, na avaliação de membros do TSE, que o relator pode finalizar o parecer sobre o tema e liberar o caso para julgamento ainda na próxima semana. Se isso se confirmar, caberá a Moraes definir se inclui ou não o processo na pauta de abril.

O TSE é formado por 7 ministros, dos quais 3 são oriundos do STF, dois do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e dois são advogados indicados pelo Supremo. Além deles, há 7 ministros substitutos.

Conheça os ministros do TSE, sua origem e permanência na corte:

Ministros titulares (origem/até quando fica no tribunal)

- Alexandre de Moraes (STF, até jun.24)
- Cármen Lúcia (STF, até ago.24)
- Benedito Gonçalves (STJ, até nov.23)
- Raul Araújo Filho (STJ, até set.24)
- Sérgio Silveira Banhos (advocacia, até mai.23)
- Carlos Bastide Horbach (advocacia, até mai.23) Novo titular, na vaga de Ricardo Lewandowski
- Kassio Nunes Marques (STF, até ago.23)

Ministros substitutos

- Andre Mendonça;a (STF, até abr.24)
- Dias Toffoli (STF, até out.24)
- Maria Isabel Gallotti (STJ, até set.24)
- Maria Claudia Bucchianeri (advocacia, até ago.23)
- André Ramos Tavares (advocacia, até nov.24)